

ÍNDICE GERAL

I. INTRODUÇÃO	8
II. CÓDIGO CIVIL COMO CENTRO-REFERÊNCIA DE UM SISTEMA	11
1. CÓDIGO COMO UMA NÃO-NECESSIDADE	11
2. ORIGEM DO SENTIDO JURÍDICO DO TERMO "CÓDIGO"	12
2.1. <i>Origem latina</i>	12
2.2. <i>Divisão dos códigos: origem do termo "título" – o "livro" e a "parte"</i>	<i>15</i>
3. DIFERENÇA ENTRE "CÓDIGO" E "COMPILAÇÃO"	17
4. A IDEIA ATUAL DE "CÓDIGO"	20
4.1. <i>Sistemas jurídicos escritos</i>	20
4.2. <i>Códigos e leis ordinárias</i>	21
4.3. <i>Funções dos códigos</i>	21
4.4. <i>Crerios básicos para a elaboração de códigos</i>	23
4.5. <i>Outras características dos códigos</i>	24
4.6. <i>Códigos e sistemas fechados</i>	26
4.7. <i>Códigos e sistemas mistos</i>	28
III. PARTE GERAL COMO UMA OPÇÃO LEGISLATIVA	30
1. PRINCIPAIS MODELOS EUROPEUS DE CÓDIGOS CIVIS	30
2. SISTEMA DOS CÓDIGOS CIVIS BRASILEIROS	34
3. SISTEMA EXTERNO DO CÓDIGO CIVIL	35
IV. CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DOS MODELOS ROMANOS DE SISTEMA	37
1. ABSTRAÇÃO NO DIREITO ROMANO	37

2. O SISTEMA DAS INSTITUTAS DE GAIO	39
3. O SISTEMA DAS INSTITUTAS DE JUSTINIANO	43
V. SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES ROMANAS PELOS FRANCESES NO SÉCULO XVIII:	
POTHIER	51
1. CONTEXTO DA OBRA DE POTHIER.....	51
2. ORIGEM DA UTILIZAÇÃO DO TERMO “ARTIGO” E “CAPUT”	54
3. NOVA SISTEMATIZAÇÃO DO D. 50, 17 – “DE DIVERSIS REGULIS IURIS ANTIQUI”	58
4. INFLUÊNCIA DO SISTEMA DE POTHIER.....	62
VI. SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES ROMANAS PELOS ALEMÃES ATÉ O SÉCULO XVIII..	66
1. A DIFICULDADE DE CONSULTA AO “CORPUS IURIS CIVILIS”	66
2. AS INSTITUTAS COMO CHAVE-DE-LEITURA DO “CORPUS IURIS CIVILIS”	67
3. A IDEIA DOS “OBJECTA IURIS”	70
4. O CONSOLIDAR DE VÁRIOS CONCEITOS-CHAVE E O “USUS MODERNUS PANDECTARUM”71	
5. PUFENDORF.....	73
6. ALTHUSIUS	74
7. DAJES E A DICOTOMIA “PARTE GERAL” E “PARTE ESPECIAL”	75
8. PÜTTER E O MÉTODO PARA ESTUDO DO DIREITO.....	77
9. NETTELBLADT – FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO	78
10. HABERNIKKEL E HOFACKER	80
11. DABELOW E A CONSOLIDAÇÃO NO SÉCULO XVIII.....	81
VII. DE HEISE AO BGB: O DIREITO ALEMÃO NO SÉCULO XIX.....	83
1. HEISE E A BASE DA PANDECTÍSTICA	83
2. ADAPTAÇÕES DE HAUBOLD.....	87
3. SAVIGNY E A IDEIA DE RELAÇÃO JURÍDICA.....	90
4. INFLUÊNCIA DO SISTEMA SAVIGNYANO: DE PUCHTA AO BGB.....	95
5. EXEMPLO DE INFLUÊNCIA FORA DA ALEMANHA: ALLARA.....	97

6. EXEMPLO DE INFLUÊNCIA FORA DO DIREITO PRIVADO: BÜLOW E A RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL	99
---	----

VIII. A SÍNTESE DA IDEIA EM TEIXEIRA DE FREITAS E OUTROS PROJETOS DE CC BRASILEIRO NO SÉCULO XIX 106

1. TEIXEIRA DE FREITAS E O SISTEMA DA CONSOLIDAÇÃO	106
2. TEIXEIRA DE FREITAS E O SISTEMA DO ESBOÇO	111
3. A CARTA DE TEIXEIRA DE FREITAS (1867) E O CÓDIGO GERAL	112
4. SISTEMATIZAÇÃO FINAL DA PARTE GERAL PARA TEIXEIRA DE FREITAS	114
5. A TENTATIVA DE NABUCO DE ARAÚJO	115
6. ÚLTIMA TENTATIVA DO IMPÉRIO: FELÍCIO DOS SANTOS	115
7. PRIMEIRA TENTATIVA DA REPÚBLICA: COELHO RODRIGUES	117

IX. BEVILÁQUA E O SISTEMA DO CC/1916..... 118

1. FUNDAMENTO DE SEU SISTEMA.....	118
2. PERCURSO DO PROJETO INICIAL À PROMULGAÇÃO EM 1916.....	119
3. CARACTERÍSTICAS EM FACE DE OUTROS MODELOS DO SÉCULO XX.....	122
4. CRÍTICA DESSE SISTEMA: O PROJETO ORLANDO GOMES	124
5. REAFIRMAÇÃO DESSE SISTEMA: PROJETO MIGUEL REALE E A PARTE GERAL DE MOREIRA ALVES.....	127

X. DIFUSÃO DA IDEIA DA PARTE GERAL NO SISTEMA LATINO-AMERICANO E EM OUTROS SISTEMAS..... 129

1. QUADRO GERAL DO MOVIMENTO DE CODIFICAÇÃO CIVIL NA AMÉRICA LATINA: BELLO, TEIXEIRA DE FREITAS E SANSFIELD.....	129
2. CONTEXTO LATINO-AMERICANO DE ADOÇÃO DA IDEIA DE UMA PARTE GERAL.....	134
3. OUTROS EXEMPLOS LATINO-AMERICANOS (SÉCULOS XX E XXI).....	137
4. EXEMPLOS EUROPEUS E ASIÁTICOS (SÉCULOS XX E XXI).....	139

XI. CONVENIÊNCIA DE UMA PARTE GERAL..... 144

1. ACEITAÇÃO DA IDEIA NO SÉCULO XXI	144
---	-----

2. FUNÇÃO SISTEMATIZADORA.....	145
3. FUNÇÃO PARA A LEGISLAÇÃO	147
4. FUNÇÃO DIDÁTICA E O ESTUDO PARALELO DO DIREITO ROMANO	154
5. CONCEITOS LEGAIS E A PRETENSA IMUTABILIDADE DOS CONCEITOS-CHAVE.....	159
XII. CONCLUSÃO.....	163
ÍNDICE ONOMÁSTICO	165
BIBLIOGRAFIA.....	170